



## O ACESSO E ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR, BRASIL<sup>i</sup>

Dennyson da Costa Nascimento,

Lucas Portilho Nicoletti,

Vinícius Denardin Cardoso<sup>ii</sup>

Universidade Estadual de Roraima –

UERR, Brasil

Grupo de Estudos e Pesquisas em

Educação Física e Esportes –

GEPEFE/UERR, Brasil

### Resumo:

O ingresso de alunos com deficiência no ensino superior é cada vez mais evidente, e vem sendo intensificado nos últimos anos em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES). Diante deste contexto, este estudo tem como objetivo descrever as ações realizadas pela UERR para favorecer o acesso e acessibilidade de alunos com diferentes tipos de deficiência na IES. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. Para verificar as condições de acesso dos alunos com deficiência e as ações que são executadas no processo de inclusão e formação acadêmica destes alunos na IES, recorreu-se a consulta bibliográfica em documentos institucionais como o Regimento Geral da IES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022). Para avaliar as condições da acessibilidade e adaptações da estrutura física, foi realizado conferência *in loco* na IES. Foi estabelecido um roteiro de observações adaptado de Castro *et al.* (2018). Entre os resultados identificados, pode-se destacar a criação de um Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e os investimentos na adaptação das estruturas físicas da IES, de maneira a favorecer a acessibilidade de alunos com deficiência. Assim, acreditamos que as ações realizadas na IES podem contribuir para que acadêmicos com deficiência possam ingressar e permanecer em seu curso superior com todo suporte necessário para sua integralização curricular.

**Palavras-chave:** deficiência; inclusão no ensino superior; acessibilidade

---

<sup>i</sup> ACCESS AND ACCESSIBILITY OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: THE CASE OF THE STATE UNIVERSITY OF RORAIMA – UERR, BRAZIL

<sup>ii</sup> Correspondence e-mail: [vinicardoso@yahoo.com.br](mailto:vinicardoso@yahoo.com.br)

**Abstract:**

The admission of students with disabilities in higher education is increasingly evident, and has been intensified in recent years in different Institutions. Given this context, this study aims to describe the actions taken by UERR to improve access and accessibility of students with different types of disabilities. This is a descriptive and exploratory study with a qualitative approach. To verify the conditions of access of students with disabilities and the actions that are performed in the process of inclusion and academic education of these students in institution, bibliographic research was used in institutional documents such as the General Regime and the Institutional Development Plan (PDI 2018-2022) from Institution. To evaluate the conditions of accessibility and adaptations of the physical structure, it was carried out *in loco* conference at Institution. An observing adapted script from Castro *et al.* (2018) has been established. Among the identified results, we can highlight the creation of an Accessibility and Inclusion Center (NAI) and investments in the adaptation of the physical structures, in order to favor the accessibility of students with disabilities. Thus, we believe that the actions taken can contribute to disabled students can enter and remain in its upper course with all necessary support for its curricular integration.

**Keywords:** disability, inclusion in higher education, accessibility

## 1. Introdução

Para Emmel, Gomes e Bauab (2010), a deficiência é compreendida como perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica, ou anatômica, que gere a incapacidade para o desempenho das atividades cotidianas.

As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (Brasil, 2007).

O acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior é cada vez mais evidente, a inclusão de alunos com deficiência na educação além de um direito constitucional, é garantia de uma educação de qualidade para todos. A Constituição Federal de 1988 destaca que a pessoa com deficiência tem o direito de estudar, preferencialmente, na rede regular de ensino e lhe é assegurado o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (Brasil, 1988).

Com a finalidade de reforçar o item citado acima, foi aprovado em 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência, através da Lei 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). A LBI ainda corrobora que a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, onde é assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades

físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Sendo assim, uma vez que as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do sistema de ensino, passam a ter a responsabilidade de oportunizar o acesso e favorecer a permanência de alunos com diferentes tipos de deficiência, devendo ampliar as políticas de inclusão para que os cursos ofertados contemplem as necessidades de cada aluno.

Acredita-se que os principais obstáculos enfrentados por esses alunos são a acessibilidade com as barreiras arquitetônicas, e também a falta de conhecimento e conscientização da população acadêmica com relação as necessidades educacionais desses alunos.

A Norma Técnica NBR - 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Define que *“acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”* (Brasil, 2004).

A acessibilidade em uma IES não se refere somente a estruturas arquitetônicas (rampas de acesso ou vagas em estacionamentos) de seu campus, mas também está relacionada a fatores como: recursos humanos, materiais didático-pedagógicos, adaptações curriculares disponíveis para o melhor aprendizado dos alunos com deficiência matriculados (Morejón, 2009).

Uma vez que o compromisso da IES é oferecer um atendimento igualitário promovendo justiça social, entende-se que esses fatores precisam ser cada vez mais aprimorados pelas IES, garantindo assim, condições para que seja exercida a liberdade, fortalecendo a autonomia de seus alunos com algum tipo de deficiência.

Na Universidade Estadual de Roraima-UERR, a cada processo vestibular são ofertadas vagas específicas para alunos com algum tipo de deficiência. No processo vestibular de 2018, foram oferecidas 86 vagas para 22 cursos de graduação.

Dessa forma, o objetivo do estudo é descrever as ações realizadas pela Universidade Estadual de Roraima para favorecer o acesso e acessibilidade de alunos com diferentes tipos de deficiência na IES.

## **2. Materiais e Métodos**

Trata-se um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa (Gaya, 2008). Para verificar as condições de acesso dos alunos com deficiência e as ações que são executadas no processo de inclusão e formação acadêmica destes alunos na IES, recorreu-se a consulta bibliográfica em documentos institucionais como o Regimento Geral da IES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022). Para avaliar as condições da acessibilidade e adaptações da estrutura física, foi realizada conferência *in loco* na IES. Foi estabelecido um roteiro de observações adaptado de Castro *et al.* (2018), onde os seguintes itens foram observados: Vagas de estacionamento; Rampas de

acesso para cadeirantes; Corredores com passagem de cadeirantes; Corredores com piso tátil para deficientes visuais; Banheiros adaptados e Mobiliário adaptado. As estruturas foram verificadas segundo os critérios determinados pela Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 9050) sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004).

### 3. Resultados e Discussões

O ingresso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, pode ser considerada uma das principais formas de sua participação na sociedade. Não somente como números de políticas inclusivas, mas como cidadãos com potencialidades de desenvolvimento.

Fortes (2005) destaca que as IES devem adotar políticas de inclusão com acesso e acessibilidade para receber alunos com diferentes tipos de deficiência, as discussões sobre esse assunto, precisam ser mais recorrentes, para evidenciar as dificuldades enfrentadas por esses alunos.

Para Moreira (2005), a Constituição, em seu Art. 27 aborda que as IES devem oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. Como é garantido por lei o acesso de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, tendo o dever de atender as necessidades de cada acadêmico.

A partir destas reflexões teóricas considera-se possível analisar os passos dados pela UERR para o fortalecimento e acolhimento do aluno com deficiência. Neste sentido, embora a UERR tenha conseguido dar passos significativos no processo de formação acadêmica, em particular, para quem almeja ser professor, sua política de inclusão iniciou, em 2012, com a intervenção do Ministério Público, que ao notar a ausência de tais políticas, propôs à Instituição a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), exigindo que fossem adotadas as medidas necessárias para a garantia do respeito aos direitos da pessoa com deficiência (UERR, 2014).

Segundo UERR (2014), a intervenção do Ministério Público sensibilizou a Instituição quanto a garantia da acessibilidade de seus alunos, uma vez que o acesso dos mesmos não ocorria de forma adequada, ou seja, era necessário que fossem realizadas alterações arquitetônicas e também, fosse aprimorado o oferecimento de atendimento educacional especializado, caracterizado pelo uso de materiais didáticos adequados às necessidades específicas.

A partir do TAC, e com base nas resoluções aprovadas pelo Conselho de Educação, na esfera federal e estadual, que trata da obrigatoriedade das IES garantir, em suas propostas pedagógicas, atendimento educacional especial, assim como dos recursos necessários para que o aluno supere as barreiras e possa usufruir dos direitos educacionais promovidos pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), a UERR comprometeu-se em adotar as medidas necessárias para

que a Política Nacional de Educação Especial passasse a ser uma realidade dentro da instituição (UERR, 2014).

Segundo informações disponibilizadas pela UERR em seus arquivos, um dos primeiros passos dados para concretizar este compromisso foi a realização do levantamento do quantitativo de acadêmicos que necessitariam de tal política inclusiva. O segundo passo foi a realização do Plano Educacional Individualizado e o investimento no processo de formação continuada dos professores. Uma vez concluída estas etapas, os passos seguintes foram o investimento em acessibilidade e a criação de uma sala com recursos multifuncionais.

Ainda em 2012, a IES criou uma comissão para elaboração das diretrizes daquele que veio a ser o Programa Institucional de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência. As ações do Programa deveriam pautar-se na construção de uma cultura pedagógica voltada para o atendimento de pessoas com toda e qualquer tipo de deficiência. Para tanto, as discussões deveriam ter como norte as políticas nacionais centradas na educação de acadêmicos com deficiência (UERR, 2014).

A UERR criou também o Programa Institucional de Inclusão e Acessibilidade às Pessoas com Deficiência (PRIAPE), responsável em acompanhar o quantitativo de alunos presentes na instituição, para que, com tais informações, sejam planejadas políticas e ações voltadas para o processo de adaptação destes alunos no ambiente universitário. Uma das finalidades, para a qual foi criado, diz respeito ao trabalho com alunos que possuem transtornos globais de desenvolvimentos, porém, dotados de altas habilidades.

Com isso, através do Programa, a UERR busca assegurar a participação dos alunos com deficiências nos mais variados espaços da instituição, como em cursos de graduação, nas atividades de extensão, garantindo para isso as adaptações necessárias segundo a necessidade específica de cada aluno. Assim, além da identificação dos tipos de deficiências que os alunos possuem, a UERR também assume o compromisso de modificar os locais que necessitam de alteração arquitetônica.

Com a finalidade de coordenar todas essas ações, criou-se o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), com a finalidade de promover, acompanhar e garantir medidas que fomentem o acesso e permanência dos alunos com deficiência.

Segundo Morejón (2009), inserir um aluno com deficiência no Ensino Superior exige a busca de alternativas viáveis, é certo que todos têm o direito a educação e alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada e colocada em prática. No ensino superior, o ingresso de alunos com deficiência se efetiva por meio de ações que promovam o acesso e a permanência desses alunos, em ações que envolvem planejamento e organização de acessibilidade arquitetônica

Um das estratégias usadas é o investimento em eventos com foco no processo de acessibilidade e inclusão, como é o caso de palestras e minicursos sobre o tema em questão (UERR, 2014).

Moreira (2005) destaca que a inclusão do aluno com deficiência tem representado um desafio da Educação Infantil ao Ensino Superior. Por tanto, é necessário que as instituições incentivem as condições do ingresso de alunos com deficiência na universidade, com políticas públicas e ações que valorizem a educação inclusiva.

Dessa forma, pensar no acesso do aluno com deficiência na IES é pensar um conjunto de possibilidades específicas que permitem ao estudante frequentar e relacionar-se com a comunidade acadêmica. O acesso é muito amplo, ou seja, corresponde não só ao ingresso a universidade por meio de vestibular com vagas destinadas a pessoas com deficiência, e sim às necessidades dos alunos com relação a adaptações curriculares, recursos didático-pedagógicos, promovendo a permanência do aluno na IES. Assim acesso implica em mudança, e está relacionado à criação de condições legais e direito igualitária (Rodrigues, 2004).

Já em relação as modificações físicas realizadas na IES, o quadro 01 foi elaborado para auxiliar na identificação das mesmas.

**Quadro 1:** Acessibilidade e adaptações estruturais da IES

<b>Adaptações</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em Parte</b>
Vagas de estacionamento sinalizadas	X		
Rampas de entradas para cadeirantes			X
Corredores com passagem de cadeirantes	X		
Corredores com piso tátil para cegos		X	
Portas e portões que possibilitem a passagem de cadeirantes	X		
Banheiros adaptados (apoio, piso, bacia sanitária, área de transferência, mictório, espelhos e lavatório)			X
Mobiliário adaptado	X		

**Fonte:** Autores, adaptado de Castro *et al.* (2018).

No cenário brasileiro é cada vez maior o fortalecimento, e adequações, de ações voltadas para a acessibilidade. A acessibilidade é considerada um fator essencial para garantir o direito de ir e vir das pessoas com deficiências, proporcionado amplo acesso à locais e serviços que estejam disponíveis ao público em geral.

Duarte (2013) compreende que a acessibilidade é um importante instrumento balizador das ações de autogestão, porque faz parte do processo de organização das IES. Em detrimento disso, é necessário que ela ocorra dentro de um planejamento que corresponda à realidade local, de maneira que seja reconhecida as demandas específicas, geradas pela necessidade educacional. Os termos supracitados devem servir de norte para a realização das ações voltadas para a acessibilidade.

O Quadro 1 apresenta um resultado satisfatório em relação aos itens avaliados na IES. Parece que a UERR tem procurado garantir as condições necessárias para o acolhimento de alunos com deficiência na instituição. Como destacado no quadro, é possível identificar estruturas acessíveis ou atendendo em grande parte as necessidades da pessoa com deficiência.

Neste sentido, entendendo este processo como necessário para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça, considera-se salutar o que escreve Costa e Pacheco

(2005), para quem, no contexto da educação inclusiva, a acessibilidade é um fator fundamental para a garantia dos direitos, de acesso e participação, dos indivíduos com deficiência no âmbito educacional.

Embora algumas estruturas não atendam, de modo integral as recomendações técnicas NBR 9050 (ABNT, 2004), ainda assim, entende o esforço de, embora não no todo, mas em parte construir rampas adaptadas para acesso a salas de aula, banheiros com barra de apoio, piso, bacia sanitária rebaixada, área de transferência, mictório, espelhos e lavatório adequado ao cadeirante ou pessoa com alguma outra deficiência.

Para salientar o quanto é importante que a IES não apenas alimente o discurso de inclusão, sem garantir as condições necessárias que ela aconteça, recorre-se à Castro (2014), que entende não ser suficiente apenas garantir a inserção desses sujeitos no ambiente do ensino regular, mas, também incluir as condições necessárias para suprir as necessidades, uma vez que a instituição inclusiva consegue, de fato, atender todos os alunos indistintamente.

Segundo Ribeiro (2014), no ambiente educacional as barreiras arquitetônicas apresentam obstáculos que dificultam o deslocamento das pessoas durante a sua utilização, e também no afastamento de pessoas com deficiência de frequentar a universidade fazendo com que se tenha uma restrição no meio acadêmico. Comenta ainda que a existência de barreiras arquitetônicas compromete no processo de igualdade de oportunidades, acentuando assim, a discriminação e a exclusão social.

Lamônica (2008), considera que as barreiras arquitetônicas se caracterizam por obstáculos aos acessos internos ou externos existentes em edificações de uso público ou privado que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas com deficiência. A inclusão nas universidades é entendida como educação para todos, refere-se à igualdade de acesso e acessibilidade as suas dependências, não consiste em somente aceitar, mas também na valorização das diferenças respeitando-se os diferentes tipos de deficiência, no exercício da acessibilidade em uma sociedade que prioriza a garantia dos direitos dos cidadãos.

Entende-se que, embora haja avanços significativos, a IES ainda precisa melhorar na construção de corredores com piso tátil para pessoas com deficiência visual, permitindo a acessibilidade para pessoas com essa deficiência. Este tipo de adaptação é essencial para promover a independência e autonomia das pessoas com deficiência visual que utilizam a instituição.

Diante do exposto se faz necessário uma reflexão sobre a carga de esforços que uma pessoa com deficiência física com mobilidade reduzida ou uma pessoa com deficiência visual tem ao se deparar com mobiliário que não favorece no seu deslocamento, as IES devem possuir uma estrutura que proporcione ao seu usuário a possibilidade de entrar e sair sem que haja impedimentos ou barreiras dificultando a locomoção. Para uma pessoa com deficiência, pequenas barreiras podem causar o seu impedimento de prosseguir na vida acadêmica (Paz e Rezende, 2016).

Neste sentido, Pinheiro, Silva e Rodrigues (2008), destacam que quando o deficiente visual se integra na carreira acadêmica e no convívio social, as portas devem

estar abertas para que ele possa desfrutar todos os direitos que lhe são cabíveis, principalmente o direito à educação, a qual faz do cidadão um profissional do conhecimento e o leva a ter uma visão mais ampla e articulada da realidade e das possibilidades que o mundo lhe apresenta.

Ainda Borges (1996) relata que a formação da pessoa com deficiência visual é muito prejudicada por falta de acesso a recursos, tecnologia e cultura, esse tipo de barreira pode interferir na inclusão dessa pessoa na sociedade.

Portanto, promover a acessibilidade plena em uma IES, é proporcionar condições de acesso e mobilidade nas áreas de circulação, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas que impedem o avanço na carreira acadêmica de qualquer pessoa com deficiência.

Enfim, salienta-se que a acessibilidade deve ser pensada como algo dinâmico, seja no campo de mudança física, tecnológica, cultural, social, de maneira que venha contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Esse dinamismo contribui para que a acessibilidade seja entendida pelo respeito às necessidades específicas de cada pessoa, e também, pela pluralidade que marca a diversidade de ideias e pensamentos, proporcionando assim, uma participação mais ativa da sociedade.

#### **4. Conclusões**

A realização deste trabalho de pesquisa permitiu que fossem pontuadas as preocupações que a IES vem tendo em atender as normativas apresentadas pela política nacional de acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência ao ensino superior. Nota-se que os desafios são cada vez maiores, uma vez que, embora haja grande esforço da IES para implementar tais políticas, o acompanhamento de perto destes alunos ainda configura um grande desafio.

Compreende-se, diante da pesquisa, que viabilizar o acesso e a permanência de alunos, com algum tipo de deficiência, no ensino superior, tem sido uma das principais metas a serem cumpridas pelo Estado. Embora haja legislação própria que regulamenta a criação de políticas públicas, neste sentido, o grande desafio está na ponta, onde encontram-se as universidades, uma vez que a implementação de tais políticas depende ainda da instituição.

Ingressar em uma IES, assim como permanecer nela, é um direito da pessoa com deficiência, cabendo ao Estado, representado por sua instituição de ensino superior, sentir-se na obrigação de promover políticas que venham fortalecer ações afirmativas voltadas a redução das desigualdades de acesso ao ensino superior, assim como combater a exclusão de alunos com deficiência. Para tanto, é necessário que sejam eliminadas barreiras que venham representar um problema para entrada e permanência destes alunos no ensino superior.

Enfim, numa visão específica às ações realizadas pela UERR, pode-se afirmar que a mesma vem esforçando-se para ampliar suas políticas de inclusão voltada para alunos com deficiências. A criação de um núcleo para atender especificamente essas demandas,



assim como a garantia de vagas no vestibular institucional e a modificação arquitetônica do prédio em que funciona, são fortes indícios de que há um comprometimento da instituição em acolher e garantir a permanência destes acadêmicos em seus cursos de graduação e pós-graduação.

### **Agradecimentos**

A Universidade Estadual de Roraima pela cedência dos documentos institucionais.

### **Referências**

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT (2004). NBR9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro; ABNT.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT (2006). Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos. 2 ed. São Paulo, SP.
- Borges J. A. (1996). Dosvox, um novo acesso dos cegos: à cultura e ao trabalho. *Revista Benjamin Constant* 3: 24-29.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial.
- Brasil (2007). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília. (Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência).
- Brasil (2015). Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília.
- Castro G. G., Abrahão C. A. F., Nunes A. X., Nascimento L. C. G., Figueiredo G. L. A. (2018). Inclusão de alunos com deficiência em escolas da rede estadual: um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. *Revista Educação Especial* 31(60):93-106. doi:10.5902/1984686X
- Castro S. F. (2014). Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial* 20(2):179-194. doi:10.1590/S1413-65382014000200003
- Costas F. A. T., Pacheco R. V. (2005). O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. *Revista Educação Especial* 2(27):151-169. doi:10.5902/1984686X
- Duarte E. M. (2013). A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino superior e nos cursos de educação física de Juiz de Fora pede passagem. E agora? *Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Emmel M. L. G., Gomes G., Bauab J. P. (2010). Universidade com Acessibilidade: eliminando barreiras e promovendo a inclusão em uma universidade pública

- brasileira. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde* 14(1):7-20. doi: 10.4034/RBCS.2010.14.01.01
- Fortes V. G. G. F. (2005). A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Gaya A. C. A. (2008). Ciências do movimento humano: Introdução a metodologia da pesquisa. Porto Alegre: Artmed.
- Lamônica D. A. C. (2008). Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. *Revista Brasileira de Educação Especial* 14(2):177-188. doi: 10.1590/S1413-65382008000200003
- Moreira L. C. (2005). In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial* 5: 37-47. doi: 10.5902/1984686X.
- Morejón K. (2009). O acesso e a acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior público no estado do Rio Grande do Sul. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo.
- Paz L. M., Rezende G. B. M. (2016). A acessibilidade no Campus de Barra do Garças da Universidade Federal de Mato Grosso. Interdisciplinar: *Revista Eletrônica da UNIVAR* 16(2):16 – 22.
- Pinheiro M. I. S., Silva E. R. P., Rodrigues L. R. Q. (2008). O ir e vir dos deficientes visuais: barreiras arquitetônicas e acadêmicas na UFMT. *Inclusão social* 3(1)48-65.
- Ribeiro F. G. (2014). Acessibilidade em espaço universitário: barreiras arquitetônicas e ambientais no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana. *Dissertação de Mestrado*. Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Rodrigues D. (2004). A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade inclusiva. *Revista Educação Especial* 23:1-5. <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X>
- Universidade Estadual de Roraima - UERR (2014). Programa Institucional de Inclusão e Acessibilidade às Pessoas com Deficiência. PRIAPE.
- Universidade Estadual de Roraima - UERR (2014). Resolução Nº.034 de 22 de dezembro de 2014: Dispõe sobre instituição do núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Estadual de Roraima-UERR. Publicado no DOE Nº.2430 em 22.12.14.
- Universidade Estadual de Roraima - UERR (2019). EDITAL Nº034/2018. CPCV/UERR, julho de 2018. <https://www.uerr.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/EDITAL-Vestibular-2019.pdf>. Acesso em 06/04/2019.

Creative Commons licensing terms

Authors will retain the copyright of their published articles agreeing that a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC BY 4.0) terms will be applied to their work. Under the terms of this license, no permission is required from the author(s) or publisher for members of the community to copy, distribute, transmit or adapt the article content, providing a proper, prominent and unambiguous attribution to the authors in a manner that makes clear that the materials are being reused under permission of a Creative Commons License. Views, opinions and conclusions expressed in this research article are views, opinions and conclusions of the author(s). Open Access Publishing Group and European Journal of Special Education Research shall not be responsible or answerable for any loss, damage or liability caused in relation to/arising out of conflict of interests, copyright violations and inappropriate or inaccurate use of any kind content related or integrated on the research work. All the published works are meeting the Open Access Publishing requirements and can be freely accessed, shared, modified, distributed and used in educational, commercial and non-commercial purposes under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).